



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

Relatório de Gestão Estratégica Orçamentária e financeira



2017



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça

2017

Presidente

Desembargadora **Denise Bonfim**

Vice-Presidente

Desembargador **Francisco Djalma**

Corregedora Geral da Justiça

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Membros

Desembargadora **Eva Evangelista**
Desembargador **Samoel Evangelista**
Desembargador **Pedro Ranzi**
Desembargador **Cezarinete Angelim**
Desembargador **Roberto Barros**
Desembargadora **Regina Ferrari**
Desembargador **Laudivon Nogueira**
Desembargador **Júnior Alberto**
Desembargadora **Elcio Sabo**

Elaboração

Diretoria de Gestão Estratégica
Gerência de Planejamento Estratégico e Orçamentário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/nº - Via Verde

CEP 69.920-193 - Rio Branco-AC

Tels.: (68) 3302 0357 / 3302 0356

www.tjac.jus.br

APRESENTAÇÃO	3
Missão	4
Visão.....	5
Valores Institucionais.....	6
Mapa estratégico	7
Organização Judiciária	10
Infográfico de Desempenho.....	11
Perspectiva Sociedade	14
Perspectiva Processos Internos	16
Perspectiva Pessoas, Organização e Infraestrutura	36
Perspectiva Sustentabilidade Financeira	48
Metas estabelecidas pelo CNJ.....	58
Metas Nacionais 2017.....	59
Desempenho do Plano Estratégico a Longo Prazo.....	61
Plano Estratégico 2015-2020	62
Considerações Finais	67

A garantia de direitos e democratização do acesso à justiça representam os pilares que fundamentam a missão do Poder Judiciário do Estado do Acre, pressupondo uma prestação contínua, regular, eficiente e eficaz dos serviços jurisdicionais e requerendo das Administrações um olhar focado em processos de gestão que permitam um melhor uso dos recursos disponíveis.

É nesse sentido e, em particular, a partir da implementação do Planejamento Estratégico, que as ações vêm sendo desenvolvidas, sempre com o objetivo de fortalecer e implantar novas metodologias/tecnologias para o aprimoramento do sistema de justiça no Estado do Acre, modernizando estruturas, fortalecendo as unidades prestacionais, aperfeiçoando e capacitando sua força de trabalho, além da forte atuação no quesito da responsabilidade social.

Notadamente, é necessário compreender que o nível de modernização e capacidade de atendimento às populações do Estado, depende de uma dotação orçamentária que lhe garanta os investimentos necessários e manutenção regular de suas atividades. Nesse sentido, os Fundos Especiais constituem uma fonte de receita própria que auxiliam na consecução dos planos estratégicos do Tribunal.

Assim, esse relatório visa demonstrar o uso dos recursos provenientes e os resultados institucionais alcançados no exercício de 2017.

MISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado do Acre

É a declaração da razão de ser de uma Instituição que a individualiza e a distingue de outras Instituições, impondo a delimitação de suas atividades..

“Garantir os direitos o jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, provendo o bem de toda a sociedade”

MISSÃO

VISÃO DO Tribunal de Justiça do Estado do Acre

A visão de futuro é a base do planejamento e da gestão estratégica, pois contempla a situação futura desejada em longo prazo. Deve ser uma meta ambiciosa e servir como um guia para a definição dos objetivos e a realização da missão, descrita de forma simples, objetiva, partilhada por todos na Instituição. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem como visão de futuro:

“Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais para o Estado do Acre”

VISÃO

VALORES INSTITUCIONAIS

Princípios que servem de critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos estejam executando a missão, na direção da visão. Sendo assim, todos os colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre devem se relacionar entre si, com a sociedade e demais partes envolvidas da Instituição em geral, por meio dos valores prezados. Os valores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre são:

Justiça

Respeito

Celeridade

Transparência

Honestidade

Compromisso

Ética

Moralidade

Independência

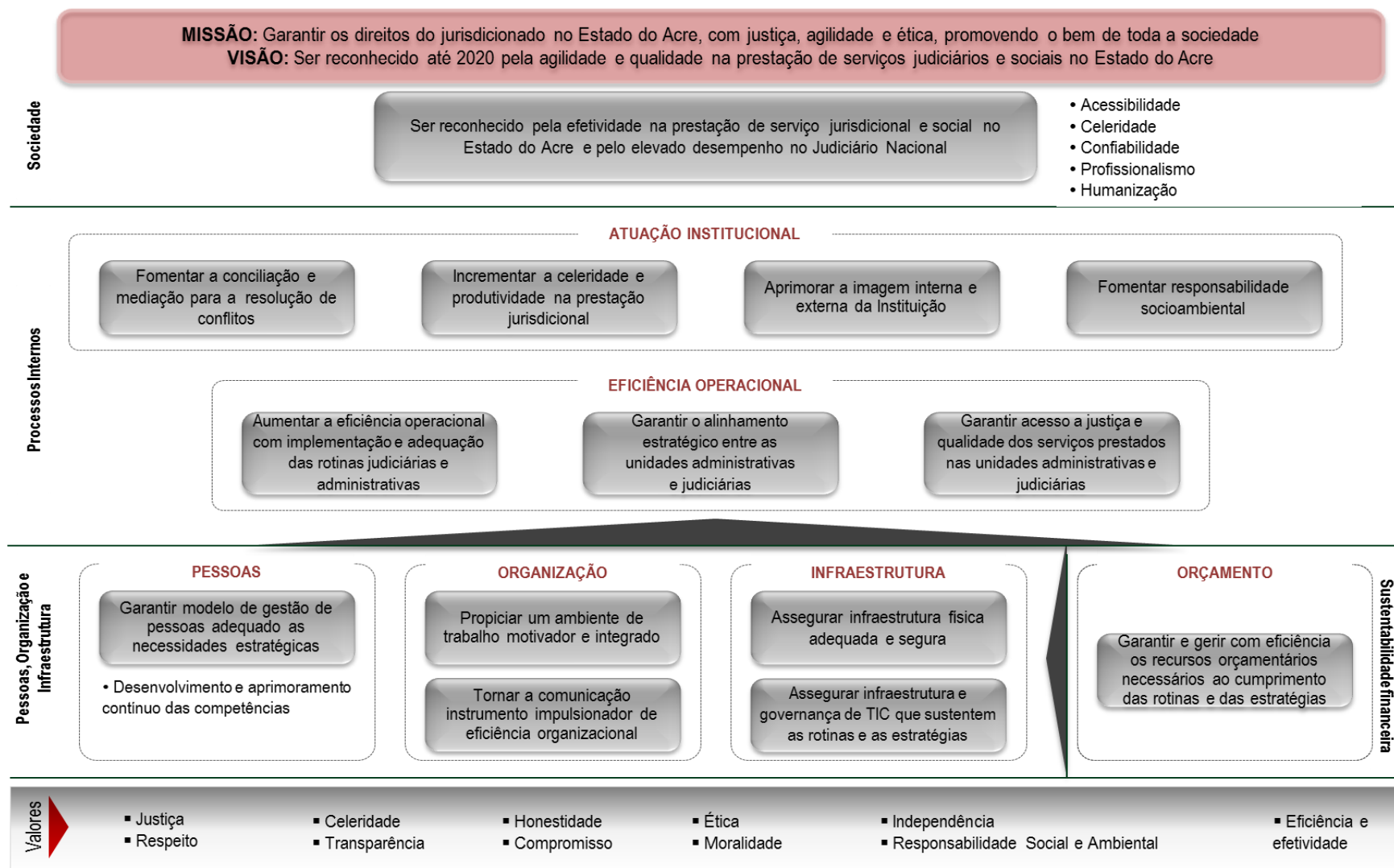
Responsabilidade Social e Ambiental

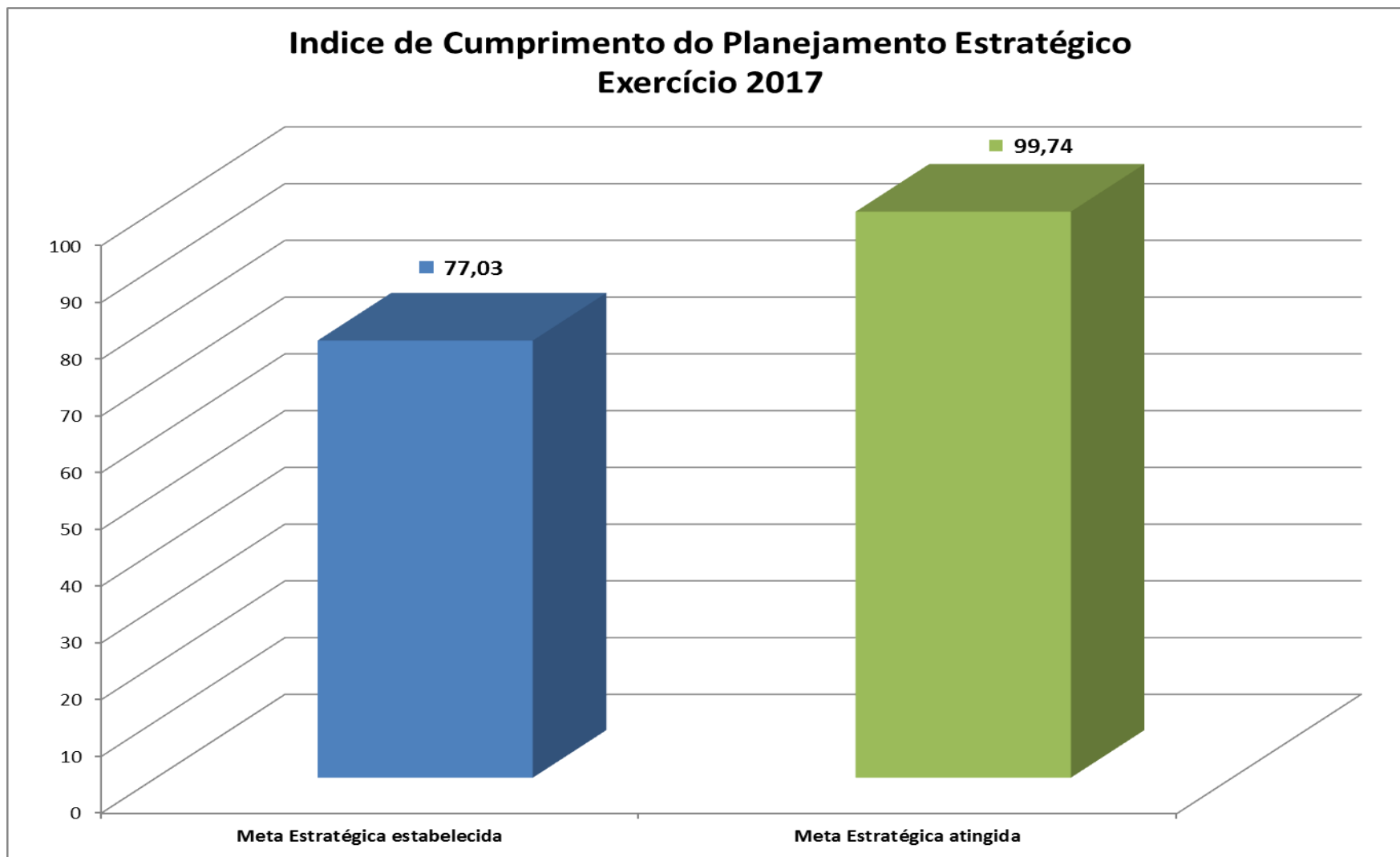
MAPA ESTRATÉGICO

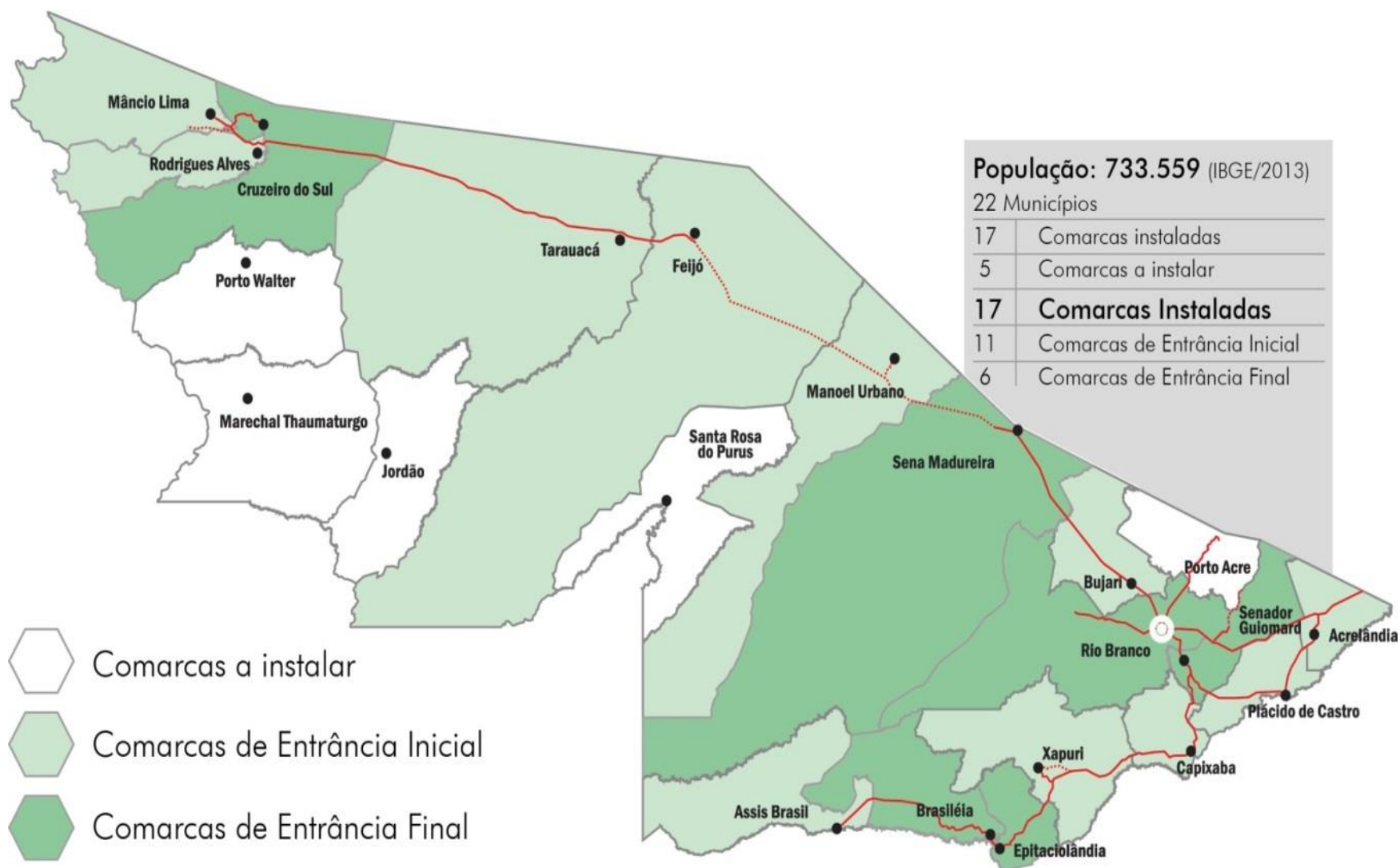
O Plano de Gestão 2017, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, traduz a Missão e a Visão institucionais para o biênio e o quinquênio próximos. No entanto, alguns indicadores/diretrizes não alcançaram seus objetivos. Eles foram impactados por um conjunto de fatores externos, dos quais ressaltamos: a crescente demanda por acesso à Justiça e pelas limitações orçamentárias e financeiras.

Esses fatores impactaram no alcance de algumas das diretrizes propostas pela Gestão 2017/2019.

A seguir, os resultados do cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020, para o ano de 2017:







TJAC EM NÚMEROS 2017

Magistrados	68
Desembargadores	12
Juizes	56

Servidores		1.397
1º Grau	1091	75,9%
2º Grau	79	6,6%
Total de Serv. área		
Judicial	1.153	82,5%
Área Administrativa	381	17,5%
Estagiários		235
Cargos em Comissão		267
Valor		2.215.008,13
Funções Comissionadas providas		378
Valor		512.213,33
Responsabilidade Fiscal		188.254.932,96
Despesa de Pessoal (12 meses)		4,21
Limite Prudencial da LRF		5,40

Orçamento e Finanças	
Dotação 2017	
Receitas	287.811.225,16
Fonte 100	249.247.008,48
Fonte 200	1.014.079,04
Fonte 500	-
Fonte 700	37.550.1374,64
Despesas	274354.251,99
Fonte 100	248.476.782,48
Fonte 200	524.165,95
Fonte 500	-
Fonte 700	25.353.303,56

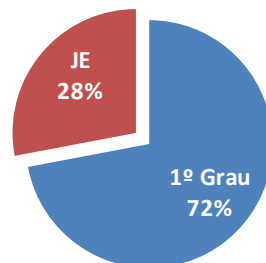
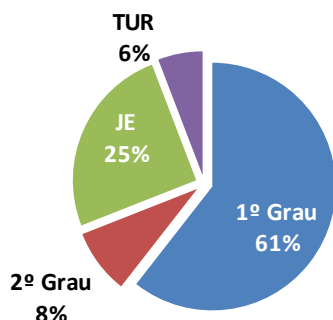
Gestão	
Índice de execução do Orçamento	95,32%

Tecnologia da Informação	
Estações de trabalho	2.032
Salas de videoconferência	1
Processo eletrônico - unidades	100%
Responsabilidade Socioambiental	
Beneficiados pelos projeto social	9.908
Part. de projetos	10
Programa Qualidade de Vida	4.220
Unidades	
Comarcas	18
Entrância Inicial	12
Entrância Final	6
Câmaras	3
Cíveis	2
Criminais	1
Varas	49
Cível	12
Família	3
Criminal	10
Vara única	10
Infância e Juventude	3
Fazenda Pública	3
Órfãos e Sucessões	1
Execuções Penais	1
Registros Públicos	1
Vara de Delitos de Tóxico e Acidentes de Trânsito	1
Vara da Violência Domestica e Familiar contra a Mulher	1
1º Tribunal do Júri	1
2º Tribunal do Júri e Auditoria Militar	1
Execuções e Medidas	1
Juizados Especiais	23
Cível	9
Criminal	7
Fazenda Pública	7
CEJUSC	23
Sala de Audiência de Custódia	1
Turmas Recursais	2
Custo da prestação jurisd.(por proc. baixado)	2.467,90

Movimentação Processual (Alinhado à Res. 76/2009, CNJ)

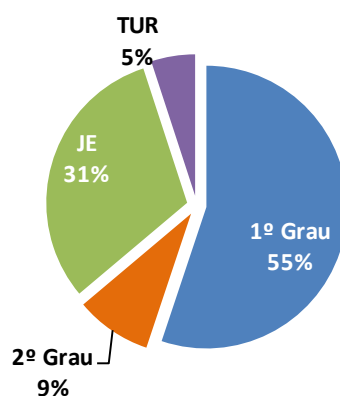
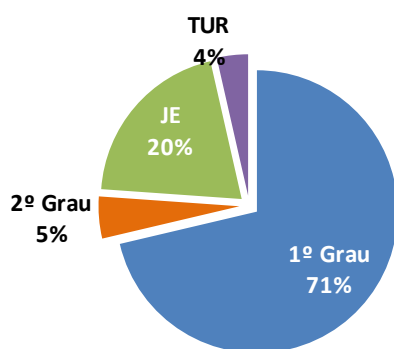
Ações e recursos novos 69.744

Execuções novas 15.995



Ações e recursos pendentes 119.020

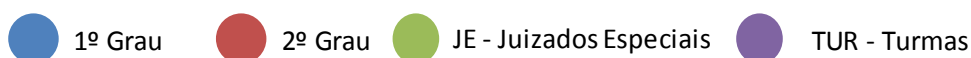
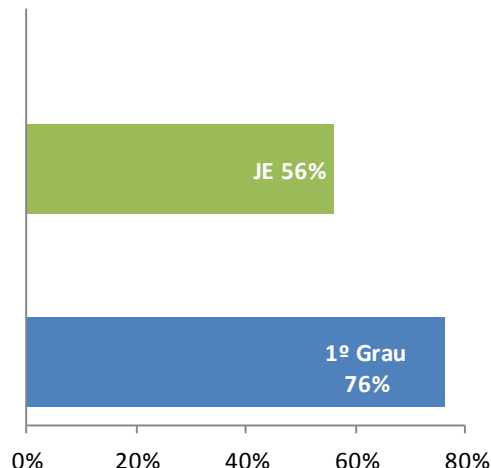
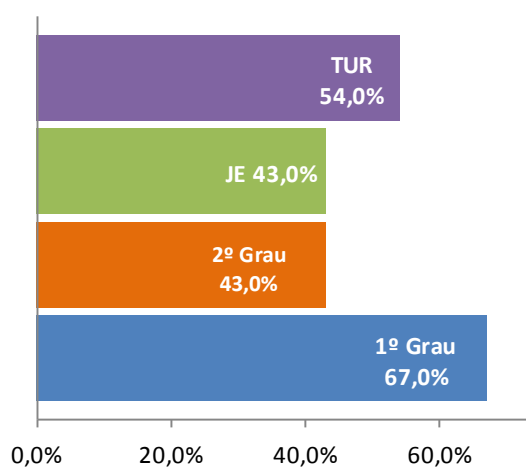
Ações e recursos baixados 76.606



Taxa de Congestionamento

Fase de conhecimento

Fase de execução



Elaboração e Consolidação - Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Apoio:

Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES

Diretoria de Logística - DILOG

Diretoria Regional Vale do Acre - DRVAC

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Diretoria de Informação Institucional - DIINS

Diretoria de Finanças e Informações de Custos - DIFIC

Assessoria Militar - ASML

Perspectiva

SOCIEDADE

SOCIEDADE

"Fazer com que a sociedade acreana reconheça a efetividade dos serviços judiciários e sociais prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Entende-se por efetividade serviços que garantam acessibilidade, celeridade, confiabilidade, profissionalismo e humanização. Busca-se, também, o alcance de um elevado desempenho nas atividades judiciárias e administrativas com reconhecimento do Judiciário Nacional. As ações para o alcance dos resultados devem estar alinhadas ao planejamento estratégico TJAC 2015-2020.

Objetivo Estratégico 1: "Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional"

Metas Associadas

Meta 1.1

Atingir 62% do reconhecimento do público em pesquisa de opinião pública

Meta 1.2

Atingir 100% no índice de produtividade comparada entre os Tribunais - IPCJUS

Projetos Desenvolvidos

Este objetivo estratégico não possui projetos estratégicos vinculados vez que ele se comporta como um verdadeiro objetivo final, fruto da conjunção de resultados de todos os indicadores estratégicos. Portanto, para seu cumprimento cooperam todos os 14 (catorze) projetos estratégicos previstos para o quinquênio 2015-2020.

Perspectiva

PROCESSOS INTERNOS

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

“Fortalecer a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Poder Judiciário Nacional e com os Poderes Executivo e Legislativo, bem como com toda a sociedade em geral”.

Objetivo Estratégico 2: “Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Objetivo Estratégico 3: “Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”

Objetivo Estratégico 4: “Aprimorar a imagem interna e externa da instituição”

Objetivo Estratégico 5: “Fomentar responsabilidade socioambiental”

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

“Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Descrição

“Desenvolver meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos junto a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades afins por meio de celebração de parcerias, de modo a estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação e mediação.”

Metas Associadas**Meta 2.1**

Atingir 25% de acordo nas audiências dos processos judiciais realizadas

Projetos Desenvolvidos

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
2.1	Programa de Conciliação	Em execução	28%

Resultado Alcançado pelas Metas

Esse indicador se encontra na faixa de 100% de cumprimento.

DESEMPENHO DOS INDICADORES														
Indicadores	2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
2.1 Taxa de acordos de conciliação	24%	42%	28%	26%	26%	25%	28%	24%	25%	28%	25%	28%	30%	28%

Diretrizes da Gestão 2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Realização em todas as comarcas o Programa “Semana Nacional de Conciliação”	Concluída

Centros de conciliação movimentaram mais de 13 mil processos em 2017

Os centros de conciliação das Comarcas do poder judiciário movimentaram mais de 13 mil processos em 2017. O atendimento jurisdicional dessas unidades garante o cumprimento dos princípios do sistema de Juizados Especiais, principalmente a rapidez processual e a conciliação.

Soma-se a essa tarefa, o atendimento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejus), que possui uma competência mais ampla e está disponível à população no Fórum Barão de Rio Branco, no centro da capital acreana. Os litígios mais comuns estão relacionados à cobrança, divórcio e alimentos.



A juíza de Direito Lilian Deise é responsável pelos centros de conciliação e esclareceu: “Cerca de 1.000 processos foram movimentados apenas na unidade central. Apesar de ser uma pequena parcela, esse número impacta diretamente no fluxo da Vara Cível, porque é uma demanda simples que se conclui em acordos pré-processuais”.

Um grande quantitativo de acordos foi celebrado ainda na Semana Nacional de Conciliação, que se concluiu em dezembro. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) se envolveu na iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mais de 400 audiências foram realizadas, que resultou na negociação de R\$ 93.338.

A Justiça Volante também pertence ao CejusC e intermediou mais de 1.500 conflitos entre as pessoas envolvidas em acidentes de trânsito. Desses atendimentos, em 63,4% dos casos foi realizado acordos no local das ocorrências.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

“Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”

Descrição

“Promover a prestação jurisdicional com qualidade jurídica e eficiência na tramitação dos processos judiciais, com vista à minimizar a sensação de impunidade; a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, por meio da gestão da informação e adoção de atos para preservação da probidade administrativa. Busca-se, também, elevar a produtividade dos Magistrados e Servidores”.

Metas Associadas

Meta 3.1

Cumprir a Meta 1 do CNJ: Julgar mais processos que os distribuídos

Meta 3.2

Cumprir a Meta 2 do CNJ: Julgar processos mais antigos

Meta 3.3

Cumprir a Meta 3 do CNJ – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Meta 3.4

Cumprir a Meta 4 do CNJ: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Meta 3.5

Cumprir a Meta 5 do CNJ – Impulsionar processos à execução

Meta 3.6

Cumprir a Meta 6 do CNJ: Priorizar o julgamento das ações coletivas

Meta 3.7

Cumprir a Meta 7 do CNJ – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Meta 3.8

Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Programa Justiça pela Paz em Casa	Concluído

TJAC é destaque nacional no combate à violência doméstica e Familiar

Instituição é reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade.

O Tribunal de Justiça do Acre tem se destacado em nível nacional pelo trabalho desenvolvido no combate à violência doméstica e familiar. Até o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem reconhecido a qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade pelo Poder Judiciário Estadual.

Exemplo disso são as atividades capitaneadas pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, cuja titular é a desembargadora Eva Evangelista. Palestras de conscientização, produção e distribuição de cartilhas e folders sobre o tema, rodas de conversa, atividades de saúde, bem-estar e inclusão social são algumas



delas.

Não menos importante, as ações integradas ao Programa Justiça pela Paz em Casa, instituído pelo CNJ por meio da ministra Cármen Lúcia, em parceria com os presidentes de tribunais de todo País.

“A pacificação social, além do engajamento das mulheres na prevenção, enfrentamento e combate à violência doméstica, exige estabelecer o diálogo com os homens e de toda sociedade”, assinalou a desembargadora Eva Evangelista, ao explicar que se trata de “uma mazela de natureza plural, espraçada em todos os segmentos sociais”.

TJAC como destaque

Os dois mais recentes balanços dessa atividade apontam que o TJAC alcançou o maior impacto, isto é, proferiu um número superior de sentenças, realizou mais elevada quantidade de jûris, ou concedeu maior quantidade de medidas protetivas ao todo, proporcionalmente ao número de processos em trâmite no tribunal.

O Tribunal de Justiça Acreano alcançou o número de 41 medidas protetivas, dois jûris, 107 sentenças com mérito, e mais 55 sentenças sem mérito.

Número de Sentenças, Medidas Protetivas e Jûris, em novembro de 2017

Tribunal	Qtd. Medidas Protetivas	Qtd. de Jûris	Qtd. Sentenças Com Mérito	Qtd. Sentenças Sem Mérito
TJAC	41	2	107	55
TJAL	6	1	109	64
TJAM	46	0	981	123
TJBA	109	0	174	179
TJCE	254	2	73	92
TJDF	165	1	111	1
TJES	199	0	274	159
TJGO	65	0	150	76
TJMA	144	2	24	7
TJMG	580	1	636	27
TJMS	142	1	103	26
TJPA	159	4	445	507
TJPB	109	2	235	179
TJPE	254	1	193	3
TJPI	52	1	138	117
TJPR	464	12	465	208
TJRJ	441	1	801	1.047
TJRN	41	1	19	14
TJRO	90	8	221	141
TJRR	21	3	48	48
TJRS	1.892	0	687	938
TJSC	179	3	81	0
TJSP	803	29	614	283
TJAP	31	0	25	1
TJMT	140	1	192	0
TJSE	4	0	22	2
TJTO	35	1	32	15
Total Geral	6.466	77	6.960	4.312

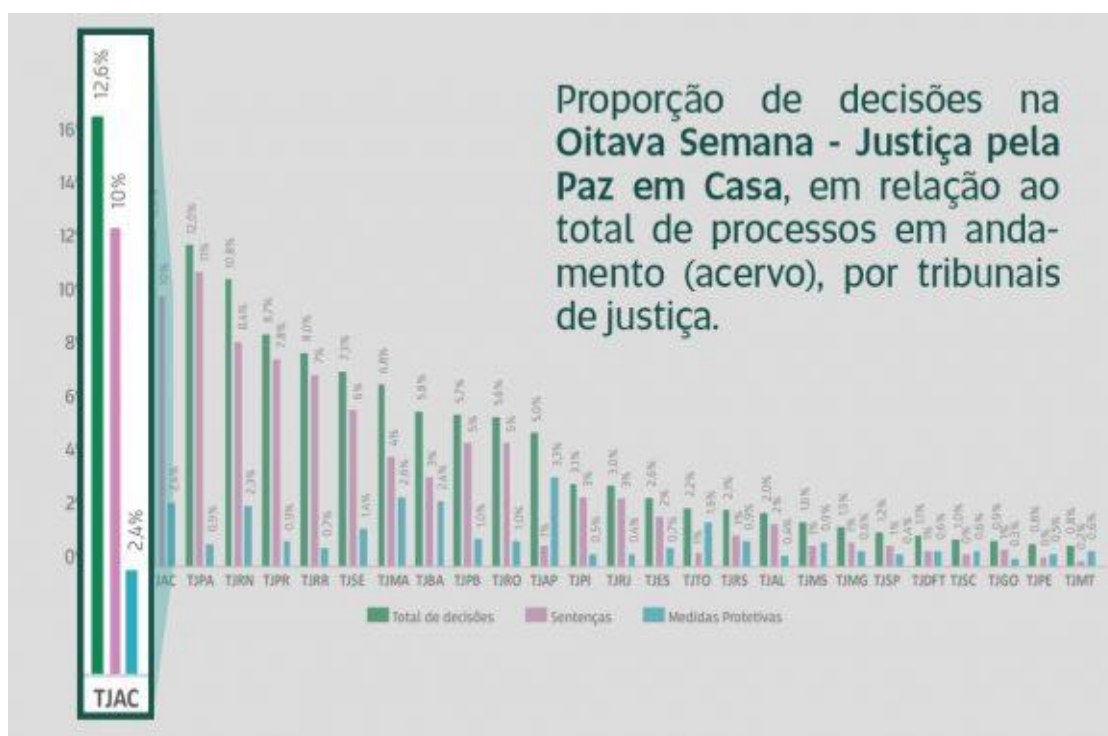
Desse modo, ficou atrás somente dos tribunais de Justiça do Amazonas, Ceará, Paraíba e Rondônia, com a porcentagem de 5,5%. Os dados são atinentes à 9ª Semana Justiça Pela Paz em Casa.

No que tange aos dados da 8ª Semana Justiça pela Paz, o Judiciário Estadual se destaca ainda mais, visto que obteve 307 sentenças com mérito; 81 sentenças sem mérito, 91 medidas protetivas, e cinco jûris.

Número de decisões por tipo e por tribunal, em agosto de 2017

Tribunal	Qtd. sentenças com mérito	Qtd. sentenças sem mérito	Qtd. medidas protetivas	Qtd. de jûris
TJPR	3570	264	456	3
TJPA	3007	580	277	60
TJAM	1140	137	133	5
TJRJ	1046	1413	429	6
TJSP	907	551	802	27
TJMG	843	49	584	0
TJRS	654	817	1181	5
TJAC	307	81	91	5
TJPB	266	279	121	1
TJGO	251	110	175	6
TJBA	223	216	320	3
TJRO	170	247	86	0
TJES	166	270	161	2
TJPE	162	7	225	0
TJCE	146	243	201	0
TJSC	134	0	165	2
TJMS	118	0	135	0
TJSE	98	45	35	1
TJMA	88	75	104	3
TJRR	75	112	18	3
TJDFT	71	0	68	0
TJAL	52	37	22	1
TJMT	52	2	157	1
TJRN	49	211	70	2
TJAP	10	0	42	11
TJTO	10	21	98	1
Total	13.850	5.856	6.214	150

Nesse sentido, a quantidade de decisões proferidas ou jûris realizados representou 12,6% do total de processos em trâmite.



De acordo com o Conselho, os resultados do Judiciário Acreano atestam significativamente a eficiência da prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Números da Semana Justiça pela Paz

A 9ª. Semana Justiça pela Paz, realizada em novembro de 2017, contabilizou um total de 7.791 audiências de instrução e 4.875 audiências preliminares, além de 32.612 despachos diversos. Dessa forma, deu andamento a 5% do volume total de processos de violência doméstica.

Já a 8ª. Semana, realizada em agosto do mesmo ano, somou um total de 9.917 audiências de instrução e 6.242 audiências preliminares, além de 38.662 despachos.



Nesse caso, o andamento foi de 6% do volume total de processos dessa natureza.

Em março de 2015 foi realizada a primeira campanha. Com a edição da Portaria CNJ nº 15, a Semana Justiça Pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Isso quer dizer que a atividade deverá ocorrer continuamente.

Outro trabalho realizado pela Coordenadoria é a aglutinação de outras instituições, como Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, OAB- Seccional Acre, Governo do Estado e Prefeitura de Rio Branco, com o fito de concentrar esforços, aperfeiçoar as ações e maximizar os resultados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

“Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição”

Descrição

“Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo, informando-os dos papéis, atribuições e das conquistas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, de modo a aumentar sua visibilidade”.

Metas Associadas**Meta 4.1**

Divulgar 15 matérias por trimestre, 01 campanha institucional por semestre, 01 palestra por trimestre e 06 eventos pedagógicos por ano;

Meta 4.2

Atingir 56% de visibilidade positiva do Tribunal

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Resultado Alcançado pelas Metas

O número de divulgações institucionais realizadas atingiu todas as metas propostas em relação às matérias lançadas no site e na mídia local; às campanhas institucionais realizadas; às palestras propostas em escolas e, por fim, os eventos realizados.

A meta 4.2 é bianual e será examinada apenas no final de 2018.

DESEMPENHO DOS INDICADORES														
Indicadores	2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
4.1 Número de divulgações institucionais	100%			100%			100%			100%			100%	100%
4.2 Visibilidade positiva do TJAC	56%													56%

Diretrizes da Gestão 2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional e da estratégia institucional	Em execução

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

“Fomentar responsabilidade socioambiental”

Descrição

“Desenvolver ações internas de conscientização ambiental e uso racional de recursos (água, energia elétrica, papel e descartáveis em geral), além de aprimorar e desenvolver ações sociais com ampla abrangência no Estado do Acre, com o envolvimento efetivo de Magistrados e Servidores”

Metas Associadas**Meta 5.1**

Cumprimento de 60% do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental

Meta 5.2

Taxa de 100% de sucesso dos programas sociais

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico. No entanto, existem dois programas que auxiliam no cumprimento desta meta: Plano de Logística Sustentável e Programas Sociais. Para isso, bastou apenas acompanhar o andamento dessas ações para que elas pudessem ser realizadas dentro do prazo previsto e contabilizar para a meta até dezembro/2017.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
5.1	Plano de Logística Sustentável	Em execução	100%
5.2	Programas Sociais	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

O Programa Natureza Viva destacou um conjunto de ações ambientais que foram realizadas no Tribunal de Justiça, sendo que desse conjunto foram priorizadas ações para execução em 2017. Sendo priorizado a o Projeto da APA - Área de Proteção Ambiental.

DESEMPENHO DOS INDICADORES														
Indicadores	2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
5.1 Cumprimento do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental	65			100%			100%			100%			83%	96%
5.2 Taxa de sucesso dos programas sociais	nd												100%	100%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Continuidade da interiorização dos Programas Sociais: Projeto Cidadão, Justiça Comunitária, Cidadania e Justiça na Escola, Audiência Pública, Prevenção às Drogas	Em execução Ação continuada
Fomentar ações de educação ambiental, vinculadas ao consumo consciente com ênfase na redução de custos (luz, água, energia, papel, copo plástico, etc.)	Concluída
Firmar acordos de cooperação com instituições governamentais (União, Estado e Município) e não governamentais (ONG's e sociedade em geral)	Concluída

Tribunal de Justiça do Acre lança a Agenda Ambiental no Biênio 2017-2019

Programação incluiu Feira Ecológica, desfile Biojoias da Amazônia, e exposições com venda de artesanato, cestaria, móveis, marchetaria, utilitários, plantas ornamentais e feira orgânica.

“Devemos todos, portanto, cultivar a racionalização dos recursos naturais, e a conscientização da responsabilidade individual e coletiva. Não se pode separar a ecologia humana da ecologia ambiental, tendo em vista que as ações do homem afetam diretamente a natureza e as condições de vida no planeta”. As palavras da desembargadora-presidente Denise Bonfim encerram um significado que vai além da Agenda Ambiental 2017-2019, lançada oficialmente nesta segunda-feira (5). Trata-se do compromisso do Tribunal de Justiça do Acre com a responsabilidade socioambiental.

A solenidade de abertura – cuja data foi escolhida em alusão Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho –, teve as presenças de outras autoridades do Poder Judiciário. Estiveram presentes a desembargadora Waldirene Cordeiro, corregedora geral da Justiça; a desembargadora Eva Evangelista; e os juízes de Direito Lois Arruda e Cloves Ferreira (auxiliares da Presidência e Corregedoria, respectivamente).



O sub-comandante do Batalhão da Polícia Militar, capitão Bandeira; o secretário de Pequenos Negócios, Henry Nogueira; e o representante dos expositores, artista plástico Antônio Kléder, também prestigiaram o evento – ao qual compareceram ainda diretores, gerentes, assessores, secretários e servidores da Instituição.



TJAC celebra parcerias com Prefeitura de Rio Branco para Área de Proteção Ambiental (APA)

A assinatura de termos de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Acre, a Prefeitura de Rio Branco e a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis (Catar) – celebrada nesta terça-feira (6) -, deslinda uma nova etapa na perspectiva da sustentabilidade ambiental no Judiciário Estadual.

O intuito da atual gestão é proporcionar otimização de recursos e eficiência administrativa, mas também fomentar a responsabilidade socioambiental e econômica no âmbito da Instituição.

O primeiro acordo firmado com a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semeia), tem como objeto a conjunção de esforços para execução das atividades na Área de Proteção Ambiental (APA) do Tribunal, prevendo a assistência técnica, implantação de um viveiro, doação de mudas, atividades voltadas para Educação ambiental, revitalização da Praça do Palácio da Justiça – além da capacitação profissional, oficinas de meio ambiente e consultoria na implantação do A3P.



Já o segundo termo tem por objeto a coleta de resíduos sólidos para destinação ou descarte, nas unidades do Poder Judiciário, em Rio Branco, através do programa de Coletiva Seletiva de papel e materiais recicláveis colaborando, assim, com a efetividade da Agenda Ambiental 2017-2019.



Eficiência Operacional

“Desenvolver, construir, potencializar e cumprir as metas estratégicas, visando garantir a excelência na prestação jurisdicional e administrativa”.

Objetivo Estratégico 6: “Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciais e administrativas”

Objetivo Estratégico 7: “Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciais”

Objetivo Estratégico 8: “Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciais”

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

“Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas”

Descrição

Aprimorar continuamente as rotinas de trabalho do Tribunal de Justiça, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos, otimizando recursos e buscando agilidade e eficiência no atendimento das demandas judiciais e administrativas, por meio de gerenciamento (revisão e implementação) das políticas e das rotinas de trabalho.

Metas Associadas**Meta 6.1**

Implementar 50% das rotinas de trabalho (revisão, comunicação, normatização e gerenciamento das rotinas)

Meta 6.2

Taxa de rotinas judiciárias redesenhadas

Meta 6.3

Taxa de implementação das rotinas judiciárias

Projetos Desenvolvidos

O primeiro projeto, denominado “Virtualização dos Processos Administrativos”, vinculado à meta 6.1 e já concluído, visa dar maior celeridade aos processos administrativos pela implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos feitos administrativos seja realizado de forma virtual, retirando-os do âmbito do Sistema SAJ e diminuindo os custos com papel.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
6.1	Taxa de implementação das rotinas administrativas	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

O cumprimento da Meta 6.1, foi iniciado com a implantação do projeto de virtualização dos processos administrativos e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o apoio do TRF4 e do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins. Atualmente, já se encontra devidamente instalado e em funcionamento.

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Redesenho e implementação das Rotinas Jurisdicionais	Em andamento
Implantação do Processo Judicial Eletrônico-PJe	Em andamento

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

"Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias"

Descrição

Desenvolver, implementar e monitorar as estratégias das unidades administrativas de modo a alinhá-las às demandas das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça, com vista ao alcance da visão de futuro da instituição.

Metas Associadas**Meta 7.1**

Alcançar 65% de cumprimento das metas estratégicas das unidades administrativas

Projetos Desenvolvidos

Há dois projetos denominados "Revisão do Modelo de Gestão da DIGES" e "Programa de Alinhamento e Desdobramento da Estratégia" que estão vinculados a este objetivo, mas ainda não realizados em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros.

Resultado Alcançado pelas Metas

O bom desempenho do indicador reflete o grau de aplicação das unidades administrativas no desenvolvimento de suas ações e projetos, impulsionando a Gestão e o cumprimento de suas diretrizes.

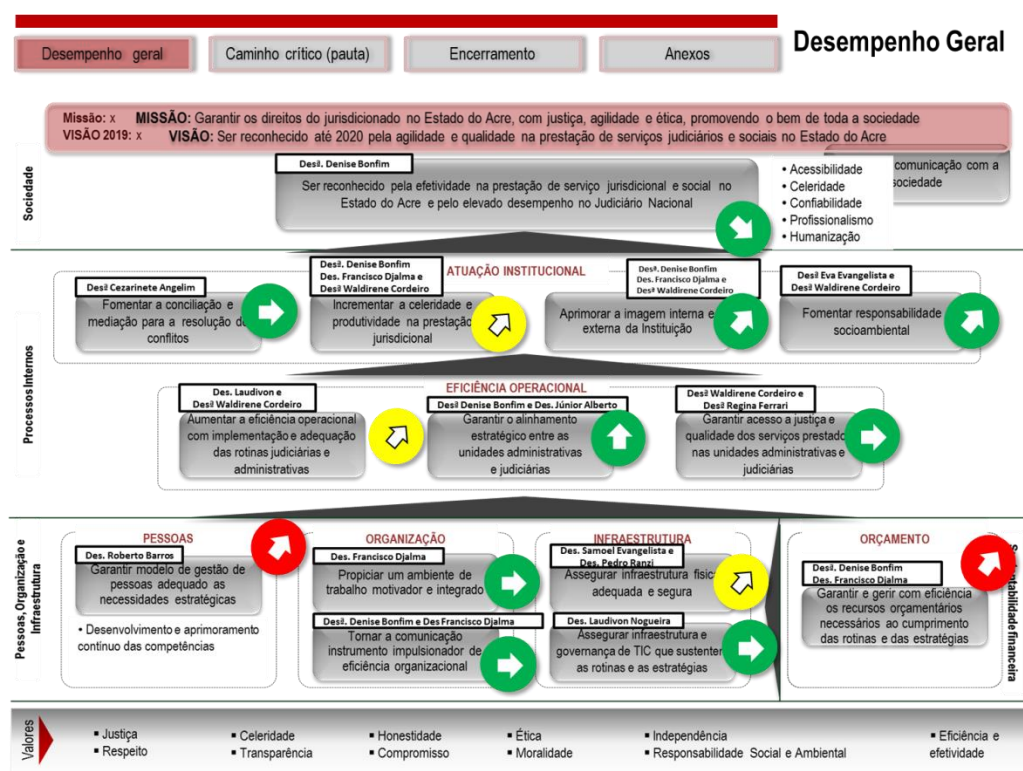
O alinhamento entre unidades administrativas (meio) e judiciárias (fim) reforça e valoriza as atividades desenvolvidas pela Direção e ao mesmo tempo contribui para o alcance das metas institucionais e nacionais.

Diretrizes da Gestão 2017-2019, impactadas:

Diretriz	Status
Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas do biênio (ano 2017)	Em execução
Continuar a implantação da reestruturação administrativa, objeto da Lei Complementar nº 257/2012	Em execução

Ações Desenvolvidas:**Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas 2017**

Foi desenvolvida a execução e a implantação do Planejamento Estratégico, atingindo o desempenho acima da meta de 70% sendo que 2017 o percentual de alcance das metas foi de 99,74%,:



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

“Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias”

Descrição

Garantir a presença do Poder Judiciário em todas as cidades do Estado do Acre por meio de comarcas efetivamente instaladas ou atendimento itinerante, de modo a atender os cidadãos com qualidade, respeito, igualdade e assegurando a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços do judiciário.

Metas Associadas**Meta 8.1**

Alcançar 56% de qualidade no atendimento na pesquisa de satisfação

Meta 8.2

Dar resolatividade a 100% de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade

Meta 8.3

Disponibilizar o acesso à Justiça em 100% dos municípios do Estado do Acre, por meio de estrutura física instalada ou atendimento itinerante

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos estratégicos vinculados a este objetivo. Seu cumprimento se dá por meio de ações e iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça

Resultado Alcançado pelas Metas

A meta 8.1 é bianual e será medida em 2018; a meta 8.2 está em formatação. Já a meta 8.3, foi integralmente alcançada. Podemos citar a instalação da Comarca de Rodrigues Alves, a implantação de 20 CEJUSC no interior e, ainda, a instalação do Juizado de Trânsito no interior.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
8.1 Índice de qualidade no atendimento	Nd													56%
8.2 Taxa de resolução de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade	nd												100%	100%
8.3 Índice de acesso à justiça	100%												100%	100%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
instalar a Vara de Proteção à Mulher na Comarca de Cruzeiro do Sul	Concluída
Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais	Concluída

Perspectiva

PESSOAS, ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

GESTÃO DE PESSOAS

"Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a lotação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializa-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição".

Objetivo Estratégico 9: "Garantir um modelo de gestão de pessoas adequado as necessidades estratégicas"

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

“Garantir modelo de gestão de pessoas adequado às necessidades estratégicas”

Descrição

Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a alocação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializá-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição.

Metas Associadas**Meta 9.1**

Atingir 30% de índice de governança de pessoal no IGOV/TCU

Meta 9.2

Cumprir 100% do Plano Anual de Capacitação

Meta 9.3

Mapear 10% das competências dos membros do Poder Judiciário do Estado do Acre

Meta 9.4

Atingir 5% de grau de alocação de pessoal de acordo com as competências

Meta 9.5

Alcançar 2% de competências desenvolvidas em lacunas

Projetos Desenvolvidos

O modelo de gestão de pessoas ainda não pode ser adequado às necessidades estratégicas porque o projeto de implantação do Modelo de Gestão de Pessoas ficou na fase de benchmarking e ainda não avançou por falta de definição acerca da contratação ou não de consultoria para realizá-lo.

O Programa de Gestão por Competência ainda está na fase de elaboração de projeto. Nos termos da Resolução Nº 187/2014, as competências dos cargos em comissão já estão definidas, resta ainda a uniformização do sistema de informação, processos críticos definidos e implementados, equipe e infraestrutura física adequada e gestão de competências definida e implantada.

Resultado Alcançado pelas Metas

A implantação do modelo de gestão de pessoas está sendo realizada como iniciativa da Alta Gestão a partir das demandas que se apresentaram durante o decurso do ano. Deve-se salientar que várias ações já foram realizadas como: Realização dos cursos estabelecidos no Plano Anual de Capacitação, Estabelecimento de matriz de competências para os cargos comissionados.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
9.1 IGOV- governança de pessoal	15												20%	40%
9.2 Cumprimento do plano anual de capacitação	98%						100%			100%			100%	100%
9.3 Taxa de mapeamento das competências	18%												30%	55%
9.4 Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	5%												15%	36%
9.5 Lacuna de competências	2%												8%	20%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Realizar as remoções e promoções de Juízes	Concluída
Concluir os processos seletivos e concursos, observada a Resolução N° 76/2009 e a Resolução S/N° Dotação de Pessoal do CNJ	Concluída
Continuar a Implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar nº 258/2012	Em andamento
Implementar o Plano Anual de Capacitação integrado à estratégia e voltado a melhoria das atividades meio e finalística	Em andamento
Iniciar o projeto "Modelo de Gestão de Pessoas"	Em andamento
Iniciar o projeto "Gestão de Competências"	Em andamento
Atualização cadastral	Em execução
Reposição Salarial de 30% para Servidores	Em execução

ORGANIZAÇÃO

"Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando a maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades."

Objetivo Estratégico 10:

Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado

Objetivo Estratégico 11:

Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado”

Descrição

Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais, com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando uma maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades.

Metas Associadas**Meta 10.1**

Atingir 70% de satisfação geral na pesquisa de clima organizacional

Meta 10.2

Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional

Projetos Desenvolvidos

O projeto Programa de Qualidade de Vida desenvolveu várias ações que auxiliaram na melhoria do desempenho do objetivo estratégico: Construção do Centro Médico do Poder Judiciário, instalação do Espaço-Saúde para os servidores da sede, instituição de equipe multidisciplinar de atendimento, prevenção e acompanhamento da saúde dos colaboradores (consultas, campanhas de vacinação, etc), definição e realização de ações temáticas permanentes (dia do servidor, meio ambiente, festivais, etc).

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 10.1, o projeto Programa de Qualidade de Vida obteve sucesso e foi executado integralmente, melhorando o ambiente organizacional.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
10.1 Índice de clima organizacional	nd													70%
10.2 Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	70%			100%			100%			100%			100%	100%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
projeto “Programa de Qualidade de Vida”	Concluído

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional”

Descrição

Aprimorar a comunicação interna, definindo os melhores canais de comunicação e a linguagem mais adequada para Magistrados e Servidores, de forma a possibilitar que as informações, as rotinas de trabalho, os projetos e o conhecimento existente na instituição sejam disseminados em todos os níveis, de modo a contribuir para a eficiência organizacional e para o alinhamento da atuação de Magistrados e Servidores em direção às prioridades estratégicas definidas pelo Tribunal de Justiça.

Metas Associadas**Meta 11.1**

Atingir 33% de satisfação interna na pesquisa de clima organizacional

Meta 11.2

Elaborar 100% do Plano de Comunicação Interna

Projetos Desenvolvidos

Há 01 (um) projeto denominado “Revisão do Modelo de Gestão da DIINS”, porém, proposto para execução no ano de 2018, em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros para a sua consecução.

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 11.1, o resultado apurado apontou seu cumprimento.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
11.1 Satisfação Interna - Comunicação Interna	100%												nd	100%
11.2 Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	100 %												100%	100%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional	Em execução

INFRAESTRUTURA

"Proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades e atendimento ao cidadão".

Objetivo Estratégico 12:

Assegurar infraestrutura física adequada e segura.

Objetivo Estratégico 13:

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

Assegurar infraestrutura física adequada e segura

Descrição

Garantir infraestrutura física que ofereça ambiente seguro e confortável aos Magistrados, Servidores, jurisdicionados, advogados e membros das demais funções essenciais à justiça. Adequar as instalações físicas do Tribunal de Justiça, principalmente nas comarcas do interior, considerando as diretrizes de acessibilidade, ergonomia e a funcionalidade, isto é, adequar as instalações às necessidades das atividades judiciais e administrativas.

Metas Associadas**Meta 12.1**

Cumprir 100% das obras e reformas priorizadas no Plano de Obras dentro do prazo contratual.

Meta 12.2

Atingir um percentual de 40% de adequação às condições de trabalho determinadas na NR N° 17 do Ministério do Trabalho.

Projetos Desenvolvidos

O "Programa de Infraestrutura Física" é um projeto vinculado à Diretoria de Logística – DILOG, com o objetivo de realizar um planejamento das obras e reformas a serem realizadas, consolidadas e priorizadas no Plano de Obras.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
12.1	Programa de Infraestrutura Física	Em andamento	75%

Resultado Alcançado pelas Metas

Para 2017 o Plano de Obras priorizou as seguintes obras/reformas: conclusão do Centro Médico e Academia do Servidor, totalizando 75% de cumprimento da meta.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
12.1 Cumprimento do plano de obras	100%			43%			43			86			100	100%
12.2 Índice de condições de trabalho	nd			57%			46			60			62	50%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Construir Centro Médico e Academia do Servidor na sede do TJAC	Em execução

Construção do Centro Médico e Academia do Servidor

Construção do Centro Médico, cuja área total é de 721,31m². O investimento total desta obra é algo em torno de R\$ 1 milhão e novecentos mil reais, conforme processo administrativo eletrônico SEI nº 0003854-42.8.2017.01.0000.

A Construção do Centro Médico e a Academia do Servidor tem a missão de prestar serviço médico e de qualidade de vida.

Será dotado de uma equipe multidisciplinar com médico, enfermeiro, cirurgião dentista, psicólogo, Fisioterapeuta que prestarão atendimento aos servidores e seus dependentes com excelente atendimento, inclusive os servidores do interior, visando preencher a lacuna do atendimento público do país.



OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias

Descrição

Garantir a efetividade dos recursos de tecnologia da informação e comunicação (software e hardware) para a execução das atividades do Tribunal de Justiça com sistemas integrados e modernos que garantam a eficiência operacional, a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações.

Metas Associadas**Meta 13.1**

Sanar 25% das lacunas de TI levantadas a partir da identificação das demandas estratégicas do Tribunal de Justiça

Meta 13.2

Manter 90% de conformidades de sistemas que suportam as rotinas e a estratégia

Meta 13.3

Afastar até 10% dos riscos de TI contidos no Plano de Riscos, em relação aos riscos identificados

Projetos Desenvolvidos

O "Planejamento de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)" (100%) e a "Virtualização dos Processos Administrativos" (100%) são dois projetos vinculados à DITEC e que estão sendo executados atualmente, visando melhorar a governança de TI e dar celeridade aos processos administrativos.

O primeiro é um programa formado por 12 (doze) projetos dos quais já foi implantado o Novo Portal, mas, ainda estão em andamento: Implantação de Política de Segurança, Capacitação de usuários e gestores, Implantação de Modelo de Governança, Automatização dos Processos Administrativos, Implantação dos SLA's, Revisão Quanto a Adequação dos Sistemas de Informação; ainda não iniciaram: Implantação da Tecnologia de BI, Implantação Rede de Redundância Elétrica, Estudo de Viabilidade de Comunicação redundante e Outsource de impressão.

O segundo visava virtualizar os processos administrados. Para isso foi implantado no âmbito do Poder Judiciário acreano o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos feitos administrativos seja realizado fora do Sistema SAJ.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
13.1	Planejamento de TIC	Concluído	25%
13.2	Virtualização dos Processos Administrativos de 2º Grau	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

O desempenho do objetivo tem se mostrado positivo em dois de seus indicadores de lacunas de TI (13.1) e Plano de Risco (13.3). No entanto o indicador de conformidade de sistemas (13.2) ainda não atingiu a meta. Por isso o status do indicador está amarelo.

Como exemplo, podemos contar o aumento considerável e contínuo da demanda por servidores e itens de segurança da informação após a virtualização dos processos judiciais em 2014.

A implantação do Sistema de Processo Eletrônico – PJe, Sistema Eletrônico de Informação – SEI e do Sistema de Controle de Arrecadação de Custas – EXTRAJUD, se constituem em poderosas ferramentas de melhoria para o Tribunal de Justiça.

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
13.1 Lacuna de TI	Nd													50%
13.2 Índice de conformidade de sistemas	nd			89 %			89%			89%			99%	90%
13.3 Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	nd			29%			29%			29%				30%

Perspectiva

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ORÇAMENTO

“Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários, de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual)”.

Objetivo Estratégico 14:

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias.

Descrição

Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Metas Associadas**Meta 14.1**

Executar 91% do orçamento atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015

Meta 14.2

Executar 91% do orçamento estratégico atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2017

Meta 14.3

Aumentar em 25% os recursos provenientes de arrecadação própria e de outras fontes (convênios e parcerias)

Projetos Desenvolvidos

O "Sistema de Gestão de Custos" (100%) e o "Programa de Ampliação de Receita" (90%) são dois projetos vinculados à DIFIC e que estão sendo executados com o objetivo de melhorar a gestão de recursos e o incremento do controle e captação de receitas advindas das custas e outros meios.

O primeiro é um projeto que visa à implantação de um software próprio para gestão da evolução dos custos e receitas dos centros de custos do Poder Judiciário deste Estado. O Sistema já está sendo implantado e sendo realizada a capacitação dos gestores. Ato contínuo, o sistema será gerido pela DITEC.

O segundo projeto visa dotar o Tribunal de Justiça de métodos que visem aumentar e ampliar as receitas, mediante a implantação de várias ações: instalação de um sistema para controle da arrecadação de custas denominado Sistema EXTRAJUD; a captação de recursos da União e Estado via convênios; e, o recolhimento de receitas previstas na Lei de Custas.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
14.3	Sistema de Gestão de Custos	Concluído	100%
14.3	Programa de Ampliação de Receitas	Em andamento	90%

Resultado Alcançado pelas Metas

O indicador 14.1 - Execução orçamentária ultrapassou sua meta que era de 93% e finalizou com 95,35% ultrapassando a meta proposta para 2017.

Já o desempenho de dois dos indicadores vinculados foram negativos: a execução orçamentária e o aumento de recursos orçamentários não atingiram a meta anual proposta, tendo em vista a redução orçamentária aprovada na LOA 2017.

DESEMPENHO DOS INDICADORES														
Indicadores	2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
14.1 Execução orçamentária	92%	7,39%	15,68%	23,88%	32,76%	39,37%	49,23%	55,44%	62,63%	69,95%	76,76%	81,51%	95,35 %	95%
14.2 Execução do orçamento estratégico	92%	0,0%	11%	12%	14%	16%	19%	20%	20%	22%	23%	38%	51%	51%
14.3 Aumento de recursos orçamentários	25%			3%			9%			4%			-18%	-18%

Diretrizes da Gestão 2017, impactadas:

Diretriz	Status
Padronizar os procedimentos para remessa à protesto extrajudicial dos títulos executivos judiciais (Acordo de Cooperação Técnica Nº 001/2016)	Concluído
Gerenciar de forma eficiente a arrecadação dos Cartórios Extrajudiciais (EXTRAJUD/Selo Eletrônico)	Em execução
Requerer os depósitos judiciais inativos por mais de cinco anos, após trânsito em julgado - Lei Complementar nº 1.422 e Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso IX	Concluído
Requerer a diferença entre o rendimento das aplicações e o rendimento oficial das contas de depósitos judiciais – Lei Complementar nº 1.422, incluído pela Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso VIII	Concluído

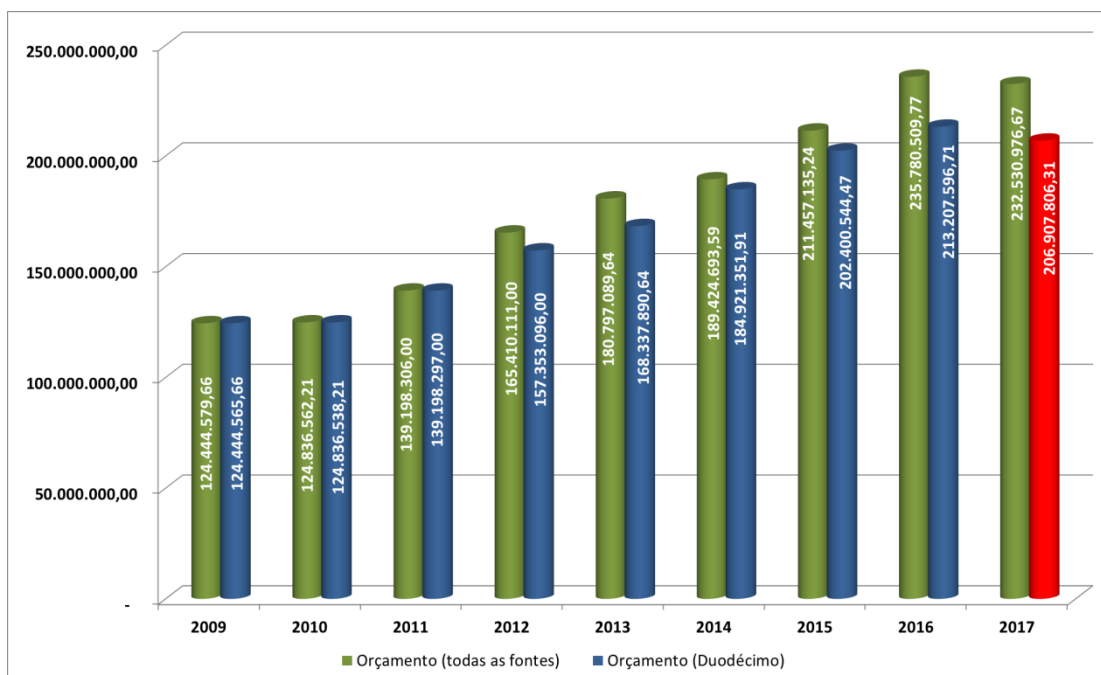
Programação Orçamentária 2017

Durante o ano de 2017 a Administração do Tribunal de Justiça canalizou esforços no sentido de garantir recursos orçamentários, além de executar os recursos programados para este ano, que foi de fundamental importância para concretização das ações planejadas.

Podemos observar, nos demonstrativos, a evolução do volume dos recursos ao longo dos anos.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO TJAC

Ano	Orçamento (Duodécimo)	Crescimento	Orçamento (todas as fontes)	Crescimento
2009	137.735.206,71	-	124.444.579,66	-
2010	124.836.562,21	-9,36%	124.826.562,21	0,31%
2011	139.198.306,00	11,50%	139.198.306,00	11,51%
2012	157.353.096,00	13,04%	165.410.111,00	18,83%
2013	168.337.890,64	6,98%	180.797.089,64	9,30%
2014	184.921.351,91	9,85%	189.424.693,59	4,77%
2015	202.400.544,47	9,45%	211.457.135,24	11,63%
2016	213.207.596,71	5,34%	235.780.509,77	11,50%
2017	206.917.972,61	-2,95%	232.530.976,67	-1,38%

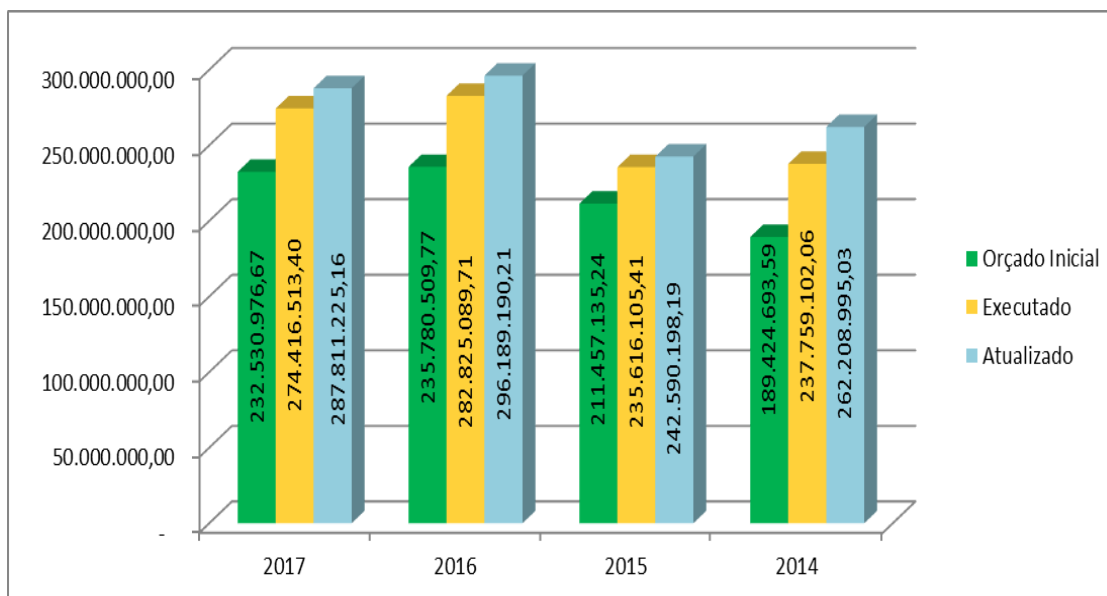


Execução Orçamentária 2017

Administração do Tribunal de Justiça envidou esforços priorizando a execução orçamentária associada ao Planejamento Estratégico, com a finalidade precípua de garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas vislumbrando atingindo a Visão Institucional.

Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.

DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO - EXERCÍCIO 2017					
Código	Título do Programa	Dotação inicial	Dotação Atualizada (a)	Execução (b)	Execução % (b/a)
2161	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS	26.005,00	995.417,89	561.252,72	56,38%
0000	Programas Sociais e Ambientais	5.000,00	282.875,07	172.483,38	60,98%
0001	Projeto Cidadão	10.002,00	343.096,49	316.474,87	92,24%
0002	Justiça Comunitária	11.003,00	369.446,33	72.294,47	19,57%
2162	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2,00	2,00	-	0,00%
2163	CUSTEIO COM FOLHA DE PAGAMENTO DO TJ/AC	37.264.965,77	44.473.378,70	44.332.984,16	99,68%
2172	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA AC/DIPES	7.714.573,49	8.541.369,62	8.506.669,58	99,59%
2165	PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA	3,00	3,00	-	0,00%
2164	CUSTEIO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	21.189.342,11	37.398.435,46	37.382.221,56	99,96%
2166	MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	12.334,88	12.334,88	11.706,59	94,91%
2167	PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO	20.004,00	67.504,00	60.090,39	89,02%
0000	Plano Estratégico de Comunicação	10.001,00	10.001,00	9.870,39	98,69%
0001	Comunicação e Divulgação Institucional do TJ/AC	10.002,00	57.502,00	50.220,00	87,34%
0002	Pesquisa Institucional	1,00	1,00	-	0,00%
2168	PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.006,00	10.006,00	3.620,44	36,18%
0000	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação	10.001,00	10.001,00	3.620,44	36,20%
0001	Modernização e Expansão da Infraestrutura Tecnológica e de Seg. da Informação	2,00	2,00	-	0,00%
0002	Manutenção da Infraestrutura Tecnológica	3,00	3,00	-	0,00%
1907	PLANO DE OBRAS	60.011,00	71.786,37	70.385,37	98,05%
0000	Plano de Obras	2,00	2,00	-	0,00%
0001	Construção, Ampliação e reforma dos Prédios do TJ/AC	1,00	1,00	-	0,00%
2169	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA AC	60.008,00	71.783,37	70.385,37	98,05%
2170	PLANO ESTRATÉGICO DE CAPACITAÇÃO	222.234,96	140.414,56	63.529,85	45,24%
0000	Plano Estratégico de Capacitação	6,00	85.660,71	8.780,00	10,25%
0001	Programação de Pós-Graduação	2,00	2,00	-	0,00%
0002	Programa de Formação Continuada	222.226,96	54.751,85	54.749,85	100,00%
2171	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA AC	45.571,70	45.571,70	45.338,80	99,49%
4161	CUSTEIO COM FOLHA DE PAGAMENTO - 1º GRAU DE JURISDIÇÃO	124.689.732,41	140.024.445,62	139.764.131,58	99,81%
4162	PLANO DE OBRAS - 1º Grau	6,00	188.338,66	-	0,00%
0000	Plano de Obras	5,00	188.337,66	-	0,00%
0001	Programa de Desenv. De Polít. Públ. Do Estado do Acre DPL -Acre Eficiente e Sustent. BIRD	1,00	1,00	-	0,00%
4163	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO 1º GRAU	15.226.107,39	18.245.344,86	18.221.069,37	99,87%
4165	MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO	3,00	3,00	-	0,00%
1945	PLANO ESTRATÉGICO DE CAPACITAÇÃO 1º GRAU	426.903,60	46.731,20	40.209,43	86,04%
2643	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO	22.281.017,70	28.381.495,93	22.195.753,89	78,21%
2645	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO	2.228.101,77	5.599.444,95	2.561.722,59	45,75%
2908	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO ESTADUAL DE SEG. DOS MAGISTRADOS - FUNSEG	1.114.050,89	3.569.196,76	595.827,08	16,69%
TOTAL		232.530.976,67	287.811.225,16	274.416.513,40	95,35%



Verifica-se, no gráfico, que o grau de execução do orçamento disponível (executado/atualizado) em 2017 foi de 95,35%.

No que tange às despesas com pessoal e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual da despesa total com pessoal foi de 4,21% estando, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70%.

DESPESA POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO

Tipo	TJ	FUNEJ	FECOM	FUNSEG	GERAL
Despesa Corrente	248.954.241,23	20.378.204,38	2.561.722,59	77.695,11	271.971.863,31
Despesa de Capital	108.968,61	1.817.549,51	-	518.131,97	2.444.650,09
TOTAL	249.063.209,84	22.195.753,89	2.561.722,59	595.827,08	274.416.513,40

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	217.048.669,02	4.320.295,49
Pessoal Ativo	170.541.356,85	4.320.295,49
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.507.312,17	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	33.114.031,55	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.482.997,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.899.490,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.731.543,65	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	183.934.637,47	4.320.295,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.471.916.240,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	4.471.916.240,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	188.254.932,96	4,21%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	268.314.974,41	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	254.899.225,69	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	241.483.476,97	5,40%

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil TJ/AC e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre, Unidade Responsável Gerência de Contabilidade, Data da Emissão: 26/01/2018, às 13h.

Desa. Denise Castelo Bonfim
Presidente

Antônio José de Oliveira Rodrigues
Diretor de Finanças

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

JANEIRO/2017 a DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
DESPESA COM PESSOAL	01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017	07/2017	08/2017	09/2017	10/2017	11/2017	12/2017	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.798.763,93	16.919.830,88	15.565.224,35	18.446.018,08	15.296.295,17	21.791.694,33	15.734.008,07	15.658.261,45	16.502.324,29	16.534.621,67	18.316.602,71	31.485.024,09	217.048.669,02	4.320.295,49
Pessoal Ativo	11.884.454,80	13.930.239,06	12.510.910,48	13.417.100,82	12.304.524,01	16.442.151,73	12.698.210,64	12.738.120,34	13.355.971,85	13.378.498,63	13.799.642,09	24.081.532,40	170.541.356,85	4.320.295,49
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.914.309,13	2.989.591,82	3.054.313,87	5.028.917,26	2.991.771,16	5.349.542,60	3.035.797,43	2.920.141,11	3.146.352,44	3.156.123,04	4.516.960,62	7.403.491,69	46.507.312,17	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.285.823,44	3.094.477,25	1.599.236,08	4.395.537,13	1.343.306,00	4.830.153,60	1.771.427,12	1.719.393,11	1.781.875,60	1.852.726,60	3.856.370,87	5.583.704,75	33.114.031,55	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	494.207,78	69.525,38	59.015,61	4.606,88	183.984,63	79.746,69	69.815,14	34.707,31	69.523,73	212.707,60	205.156,92	1.482.997,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	223.558,13	1.537.338,95	474.263,38	3.232.912,75	289.340,08	3.520.879,57	301.786,66	289.136,67	281.862,93	320.031,76	2.104.445,36	2.323.933,99	14.899.490,13	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.062.265,31	1.062.930,52	1.055.447,32	1.103.608,77	1.049.359,04	1.125.289,40	1.389.893,77	1.360.441,30	1.465.305,36	1.463.171,11	1.539.217,91	3.054.613,84	16.731.543,65	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.512.940,49	13.825.353,63	13.965.988,27	14.050.480,95	13.952.989,17	16.961.540,73	13.962.580,95	13.938.968,34	14.720.448,69	14.681.895,07	14.460.231,84	25.901.319,34	183.934.637,47	4.320.295,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.471.916.240,14	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	4.471.916.240,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	188.254.932,96	4,21%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	268.314.974,41	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	254.899.225,69	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	241.483.476,97	5,40%

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil T7/AC e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre, Unidade Responsável: Gerência de Contabilidade, Data de Emissão: 26/01/2018, às 13h.

Detalhamento da Execução Orçamentária – Administração Direta

Despesas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
Despesas correntes	233.179.512,48	228.459.944,12	228.456.865,20
Despesas de capital	13.298.199,31	12.359.828,72	12.357.884,72
Total geral	246.477.711,79	240.819.772,84	240.814.749,92

Despesas consolidada por elemento

Categoria econômica	Elemento de despesa	Despesa empenhada	Despesa paga
Despesas correntes		233.179.512,48	228.456.865,20
3.1.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	25.723.762,44	25.723.762,44
3.1.90.03	PENSOES	8.564.232,04	8.564.232,04
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.678.010,68	3.678.010,68
3.1.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	7.597,41	7.597,41
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	140.142.751,96	140.139.673,04
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.654.226,47	2.419.24,05
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16.082.134,89	12.382.134,89
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.482.187,27	3.097.240,26
3.1.90.94	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.058.041,04	2.058.041,04
3.1.90.96	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS	208.747,34	704,61
3.3.90.14	DIÁRIAS	426.381,97	426.381,97
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	765.184,43	623.859,48
3.3.90.34	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	179.426,15	179.426,15
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.455.550,22	3.455.550,22
3.3.90.37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	49.067,89	49.067,89
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	249.038,59	223.301,44
3.3.90.46	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	7.996.287,69	7.996.287,69
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.055,65	42.957,47
3.3.90.49	AUXÍLIO TRANSPORTE	500.937,80	500.937,80
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.037.310,50	4.023.904,58
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.788.818,15	12.788.818,15
3.3.91.39	INTRA ORÇ OUTROS SERV TERC PESSOA JURÍDICA	12.000,00	8.000,00
Despesas de capital		13.298.199,31	12.357.884,72
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.103.463,29	12.199.909,86
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	142.643,57	105.882,41
4.4.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.092,45	52.092,45
Total Geral		246.477.711,79	240.814.749,92

Metas 2017 Estabelecidas pelo CNJ

METAS NACIONAIS 2017

As metas nacionais e específicas para o ano de 2017 foram aprovadas no IX Encontro Nacional do Judiciário, em Belém/PA, onde aprovaram as Metas Nacionais, Metas Específicas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2017.

Das Metas estabelecidas para o ano de 2017, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre teve o seguinte desempenho:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Desempenho:

1. Julgar mais processos que os distribuídos – 112,31%

1º Grau – 91,14%

2º Grau – 94,86%

Tur – 92,48%

JE – 194,20%



META 2 – Julgar processos mais antigos

Desempenho:

2. – Julgar processos mais antigos

1º Grau – 118,20%

2º Grau – 124,58%

Tur – 100%

JE – 99,85%



META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Desempenho:

4. Priorizar julg. de casos de corrupção/improbidade adm. – 115,87%

1º Grau – 103,72%

2º Grau – 140,99%



META 5 - Meta 5 de 2017 – Impulsionar processos à execução – Justiça Estadual

Desempenho: 97,22%



META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Desempenho:

6. Julgar processos mais antigos

1º Grau – 135,42%

2º Grau – 125%



META 8 – Meta 8 de 2017 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Desempenho: 125%



Desempenho do Plano Estratégico de Longo Prazo

Plano Estratégico 2015-2020



O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 90% de cumprimento dos desafios propostos no Planejamento Estratégico até o final de 2017. Nesse aspecto, o resultado final em 2017 foi de 99,74% ultrapassando o cumprimento integral da meta proposta para o ano.

Esforço Empreendido pelo TJAC

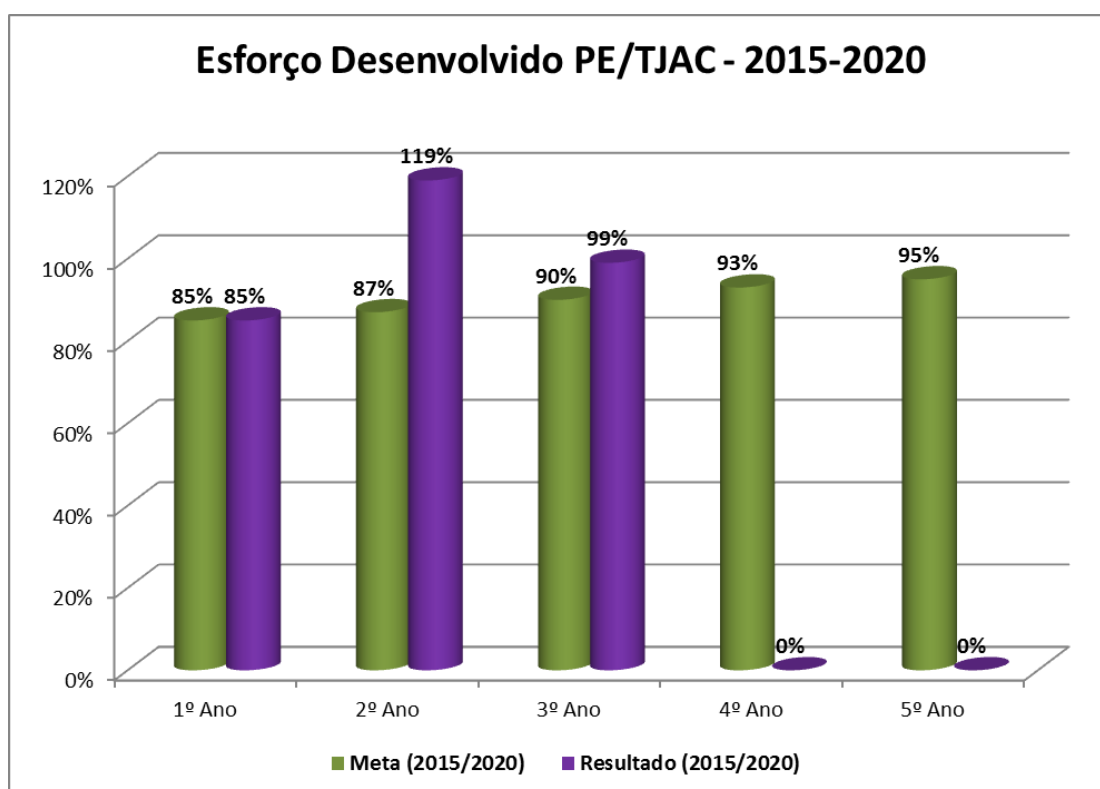
Ao longo do ciclo de execução da estratégia, observa-se uma evolução gradual no desempenho da estratégia, graças ao trabalho conjunto da administração, magistrados e servidores, na execução dos projetos e sob suas responsabilidades.

O desempenho do Mapa Estratégico se dá em função do resultado consolidado de todos os indicadores estratégicos, o que permite obter a nota ponderada para cada ano, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Meta (2015-2020)	85%	87%	90%	93%	95%
P.E. 2015-2020	85%	119,27%	99,74%	-	-

Como se pode observar no quadro acima, o esforço empreendido no cumprimento deste Plano Estratégico 2015-2020, já no primeiro ano de 2015, demonstra resultados práticos, sendo que em 2016 e 2017 ultrapassou o patamar da meta.

A seguir, é disponibilizado gráfico demonstrativo com o esforço desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na execução da estratégia referente aos Planos Estratégicos de 2015-2020 sendo, este último, o pertinente aos resultados do ano de 2017.



INDICADORES ESTRATÉGICOS 2017

INDICADOR	DESCRIÇÃO	RESULT(%)	META	DESEMPENHO	OBSERVAÇÃO
IGOV- governança de pessoal (TCU - modelo)	Mensura por meio de um questionário de autoavaliação adotado e elaborado pelo TCU, a governança de gestão de pessoas do TJAC com a análise das políticas e práticas de gestão de pessoas adotadas pelo Tribunal.	26,00%	40,00%	65%	
Cumprimento do plano anual de capacitação	Verifica o cumprimento da grade de capacitação dos colaboradores.	100,00%	100,00%	100%	
Taxa de mapeamento das competências	Mensura a relação entre competências já mapeadas de Magistrados e Servidores (colaboradores) do TJAC e o total de colaboradores do TJAC.	0,00%	55,00%	0%	
Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	Mensura a relação entre o somatório das áreas com alocação de pessoas de acordo c/ conformidade definida e total das áreas c/ competências definidas	0,00%	35,00%	0%	
Lacuna de competências	É a relação entre as competências desenvolvidas e as competências necessárias no TJAC	0,00%	20,00%	0%	
Índice de clima organizacional	Mede o grau de satisfação dos colaboradores diretos do TJAC	70,00%	70,00%	100%	
Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	Será desenvolvido um plano de ação para os itens críticos identificados na pesquisa. Este indicador irá aferir o quanto desse plano é cumprido.	100,00%	100,00%	100%	
Satisfação Interna - Comunicação Interna	Mede o grau de satisfação dos colaboradores no critério comunicação interna através da pesquisa de clima organizacional.	100,00%	38,00%	263%	
Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	Será desenvolvido um plano de atividade de comunicação interna. Este indicador irá aferir o quanto desse plano é cumprido.	100,00%	100,00%	100%	
Cumprimento do plano de obras	Aferir o quanto do plano de obras, elaborado a partir da Resolução 170/2012 alterada pela Resolução 189/2014, Sistema de Priorização de Obras, foi executado no período. O plano de obras são as obras (reformas, ampliações e construções novas) prioritárias para o TJAC para o ano.	66,70%	100,00%	67%	
Índice de condições de trabalho	Percentual de itens atendidos por um check list elaborado pelo TJAC baseado na norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego	59,47%	60,00%	99%	
Lacuna de TI	Mensura o percentual de lacunas de TI sanadas a partir da identificação das demandas estratégicas do TJAC e dos itens da pesquisa IGOV- TI do TCU	100,00%	75,00%	133%	
Índice de conformidade de sistemas	Avalia a conformidade (técnica e de uso) dos sistemas que suportam as rotinas e a estratégia, bem como a obsolescência de sistemas ao longo do tempo.	99,00%	90,00%	110%	
Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	Mede a relação dos riscos de TI contidos no Plano de Risco que foram afastados em relação aos riscos identificados.	100,00%	50,00%	200%	
Execução orçamentária	Mede orçamento executado em relação ao orçamento atualizado no final do período	95,35%	93,00%	103%	
Execução do orçamento estratégico	Mede a execução do orçamento estratégico em relação ao planejado	50,69%	93,00%	55%	
Aumento de recursos orçamentários	Mede os recursos orçamentários provenientes de arrecadação própria e de outras fontes (convênios, parcerias, etc)	-17,96%	25,00%	-72%	

MISSÃO INSTITUCIONAL

"Garantir os direitos o jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, provendo o bem de toda a sociedade"

O cumprimento de nossa Missão tem a ver com duas vertentes principais: o cumprimento dos processos pendentes - sendo que, menos processos pendentes, corresponde a uma justiça mais célere - e o nosso desempenho no Judiciário Nacional.

1ª Medida: Evolução – Baixados X Casos Novos

	2013	2014	2015	2016	2017
Casos Novos	91.266	77.205	68.775	47.578	53.055
Baixados	109.153	93.217	85.588	50.830	58.318
Índice de Atendimento à Demanda	119,60%	120,70%	125,00%	106,84%	109,92%

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

2ª Medida: Desempenho no Judiciário Nacional IPCJUS

	2012	2013	2014	2015	2016
Justiça em Números	100%	100%	99,2%	86,1%	70%

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos índices dos indicadores estratégicos neste Relatório retrata um significativo avanço positivo na busca ao cumprimento da missão institucional deste Poder.

A adoção de planejamento de ações e buscas de resultados geraram benefícios decorrentes da execução do Planejamento Estratégico deste Tribunal de Justiça e se deram sob a égide da meta em focar na busca do alcance da Visão Institucional em consonância com as premissas básicas, notadamente no que se refere ao cumprimento das metas da Gestão para o exercício; a disponibilização de Recursos Humanos, Orçamentários e Financeiros, de novas Tecnologias, Gestão de Pessoas e Monitoramento Contínuo das ações e resultados.

Os resultados são factíveis na medida em que a utilização do modelo proposto se torne um processo sistemático de avaliação e validação das informações dos indicadores e, sobretudo da relevância atribuída a cada perspectiva priorizada de todo o processo.

Nesse contexto, o Planejamento estratégico executado em consonância com a priorização das ações pela Gestão em 2017, retrata a utilização dos métodos de Gestão Estratégica adequados para levar a instituição ao encontro dos anseios da sociedade, com uma prestação de serviço humanizado, acessível, eficaz e efetivo, resguardando a todos o direito à dignidade e a cidadania.

Este relatório servirá também como base norteadora para a gestão dar continuidade à execução do Planejamento Estratégico, pois o mesmo demonstra os pontos positivos e os negativos, que servirão como experiências para o próximo exercício, onde todos os integrantes do Poder Judiciário Acreano envidarão esforços e comprometimentos, com objetivo de cumprir a missão deste poder que é **"Garantir os direitos o jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, provendo o bem de toda a sociedade"**. (Planejamento Estratégico – 2015/2020)

Rio Branco, 08 de Março de 2017

Maria do Socorro S. de S. Machado
Diretora de Gestão Estratégica